

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

Número VI - 2004

AS MAIORES AGLOMERAÇÕES URBANAS, LIDERADAS POR LISBOA E PORTO, REGISTRAM OS NÍVEIS MAIS ELEVADOS DE PODER DE COMPRA *PER CAPITA*

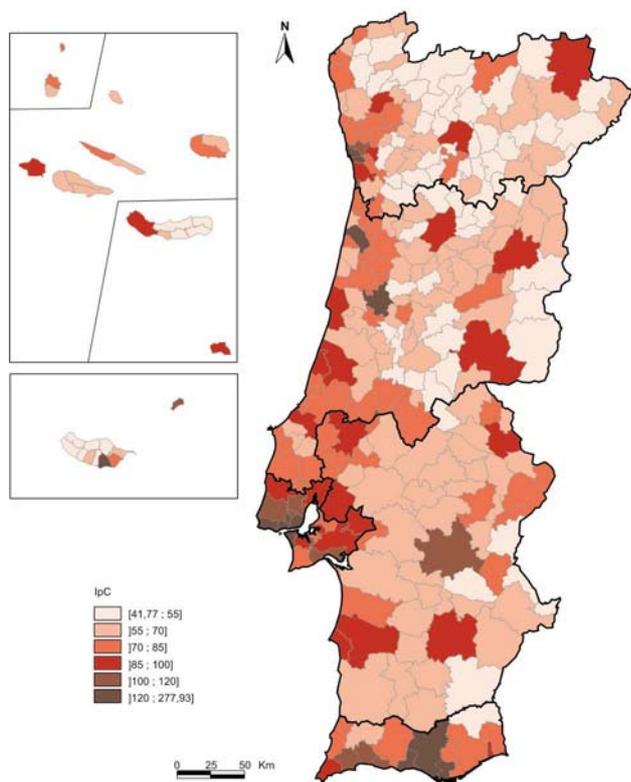
Dos 308 concelhos que compõem o país apenas 27 registam valores do Indicador de Poder de Compra *per Capita* superiores à média nacional. A quase totalidade destes 27 concelhos possui centros urbanos com mais de 10.000 habitantes, confirmando a ideia de que é nas maiores aglomerações urbanas que se registam níveis mais elevados de poder de compra.

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza a sexta edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) que pretende caracterizar os concelhos portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, com base num conjunto de indicadores inferidos a partir de 20 variáveis, por recurso a um modelo de análise factorial. A vantagem dos indicadores construídos no âmbito deste estudo decorre de constituírem informação à escala concelhia, unidade territorial para a qual não existem no sistema estatístico português medidas quantificadas como o rendimento ou o consumo das famílias. São três os indicadores propostos neste Estudo: o Indicador *per Capita* (primeiro factor da análise), a Percentagem do Poder de Compra (indicador derivado do primeiro factor) e o Factor Dinamismo Relativo (segundo factor de análise).

Níveis superiores de poder de compra *per capita* associados aos territórios mais urbanos

O Indicador de Poder de Compra *per Capita* (IpC) é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100. Este indicador é também disponibilizado para Portugal, NUTS I, II e III, tendo sido nestes casos calculado a partir da ponderação dos valores dos concelhos aí integrados pelos respectivos pesos demográficos.

Figura 1 - Indicador *per capita* por Concelho



A análise do indicador do poder de compra *per capita* confirma a ideia de que o país apresenta dois grandes níveis de assimetria.

Primeiro, a mais tradicional oposição litoral-interior, com o litoral a apresentar níveis mais elevados de poder de compra.

Segundo, uma dualidade que se torna cada vez mais relevante na leitura territorial do país e que opõe, com maiores níveis de poder de compra, os concelhos mais urbanos - sobretudo os integrados em áreas metropolitanas e as cidades médias do interior (lideradas pelas capitais de distrito) - aos concelhos mais rurais e periféricos. Dos 27 concelhos (num total de 308) que registam valores do IpC acima da média nacional, a quase totalidade possui centros urbanos com mais de 10.000 habitantes, confirmando assim a relação entre grau de urbanização e poder de compra.

O IpC evidencia novamente um forte poder de compra no concelho de Lisboa, onde este indicador atinge agora 277,93, ou seja, cerca do triplo da média nacional. O Porto posiciona-se em segundo lugar no ranking concelhio do poder de compra, com quase o dobro do nível nacional.

De destacar que todos os concelhos que registam maiores valores do IpC se caracterizam por serem grandes centros urbanos e concentram-se em apenas cinco NUTS III. Assim, quatro dos dez concelhos com maior poder de compra do país estão situados na Grande Lisboa, dois no Grande Porto, dois no litoral algarvio e outros dois são duas capitais de distrito localizadas no Centro – Coimbra (no Baixo Mondego) e Aveiro (no Baixo Vouga). Salienta-se ainda o facto de mesmo entre os dez maiores valores do IpC se encontrarem grandes disparidades, com índices entre 277,93 e 121,53.

Os 10 maiores valores do IpC		
Concelhos	IpC (Portugal=100)	PPC (% face a Portugal)
Lisboa	277,93	14,68
Porto	198,48	4,78
Oeiras	180,97	2,88
Cascais	162,29	2,75
Albufeira	141,17	0,45
Faro	140,15	0,78
Coimbra	132,47	1,85
Amadora	129,09	2,19
Matosinhos	125,86	2,02
Aveiro	121,53	0,86

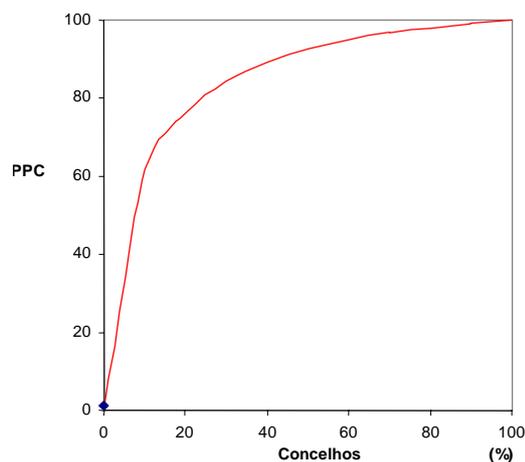
Os 10 menores valores do IpC		
Concelhos	IpC (Portugal=100)	PPC (% face a Portugal)
Santana	45,22	0,04
Vila Franca do Campo	45,09	0,05
Resende	44,78	0,05
Armamar	44,55	0,03
Câmara de Lobos	44,35	0,15
Penalva do Castelo	44,02	0,04
Ribeira de Pena	43,78	0,03
Cinfães	42,71	0,09
Sernancelhe	42,07	0,02
Celorico de Basto	41,77	0,08

As disparidades são bastante evidentes já que no fim da tabela se encontram com um poder de compra que não chega sequer a metade do poder de compra nacional. São concelhos marcadamente periféricos (insulares e/ou com carácter de interioridade).

Outro indicador apresentado neste estudo - a percentagem do poder de compra (PPC), obtido a partir do IpC, permite aferir o peso de poder de compra de cada concelho (ou região) no total do país que toma o valor 100% (ponderando o IpC de cada concelho pelo seu efectivo populacional). Os concelhos de Lisboa e do Porto concentram quase 20% do poder de compra nacional. Com contribuições para o poder de compra nacional também relevantes (acima dos 2%) encontram-se os concelhos de Sintra, Oeiras, Cascais, Vila Nova de Gaia, Loures, Amadora e Matosinhos que no seu conjunto explicam 18,6% da riqueza do país. Apenas 21 concelhos superam o peso de 1% do poder de compra nacional.

Esta realidade é visível na figura seguinte que apresenta a concentração do poder de compra nos 308 concelhos do país. Esta concentração será tanto maior quanto mais afastada estiver a curva da sua diagonal principal. A percentagem de poder de compra confirma assim novamente as disparidades encontradas no país: metade do poder de compra nacional é obtido por apenas 17 concelhos (cerca de 6% dos concelhos) enquanto a outra metade se deve aos restantes 291 concelhos portugueses.

Figura 2 – Concentração da Percentagem de Poder de Compra

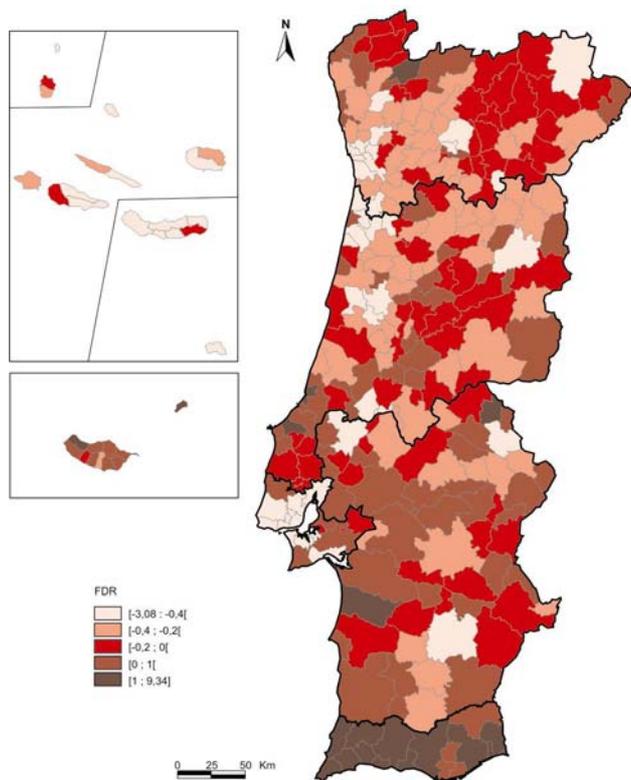


Como seria então de esperar face a esta análise concelhia, constata-se o forte predomínio da região de Lisboa que abarca sozinha cerca de 39% do total nacional do poder de compra. Segue-se-lhe o Norte que se aproxima dos 30% enquanto que o Centro fica aquém dos 18% deste todo. Com contributos mais modestos, surgem o Alentejo, com 5,7%, e o Algarve que se fica pelos 4,1%. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, por sua vez, não atingem cada uma os 2%.

Factor Dinamismo Relativo – a importância da dinâmica comercial e turística

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões do País. O FDR mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal.

Figura 3 – Factor Dinamismo Relativo por Concelhos



Este indicador apresenta-se como uma variável estandardizada (média igual a 0 e desvio padrão igual a 1), utilizando-se como unidade de medida o desvio-padrão da sua distribuição. Assim os valores mais elevados surgem em concelhos com grande afluência turística, nomeadamente Albufeira, em que o valor do FDR atinge 9,34, ou seja, mais de nove vezes superior ao desvio-padrão da distribuição. No topo da seriação por concelhos encontram-se ainda outros municípios algarvios: Vila de Bispo com um valor que se aproxima dos seis desvios-padrão, seguidos de Lagoa e Loulé, ambos com registos superiores a 4,5. Em posições de destaque com valores de FDR superiores a 1 encontram-se ainda outros pólos de atracção turística como Porto Santo, Nazaré, Grândola, Terras de Bouro ou Óbidos.

Os registos mais baixos de FDR verificam-se naturalmente nos grandes centros urbanos, o que não significa que a actividade turística seja irrelevante nestes centros, mas somente que a sua influência se dilui na massa de poder de compra mais significativa, aí manifestada pelos residentes ou pelos que diariamente interagem nestes concelhos. Destacam-se assim com FDR inferiores a -1 vários municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Amadora, Oeiras, Odivelas, Almada, Loures, Sintra e Barreiro) bem como Porto, Entroncamento e Coimbra.

A figura apresentada, onde se representa o Factor Dinamismo Relativo por concelhos, evidencia a importância que os concelhos do Algarve e da Região Autónoma da Madeira assumem, bem como, o peso reduzido dos grandes centros urbanos, nomeadamente os concelhos das duas áreas metropolitanas e as capitais de distrito.

Para mais informação relacionada com este assunto, consulte:

http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=025